RESUMO - EIXO 4 – NOVAS ARTICULAÇÕES PARA OS AGENTES DO PATRIMÔNIO: CONSELHOS, MOVIMENTOS SOCIAIS, ONGS...

# CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL: A EXPERIÊNCIA NA CRIAÇÃO DA REDE DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL (REDEPAC)

*Carline Luana Carazzo (carline.carazzo@gmail.com)*

*Fabio Muller (fabio.muller@ufsm.br)*

*Lucas Volpatto (lucasvolpatto@gmail.com)*

*Rodrigo Spinelli (spinarq@gmail.com)*

*José Daniel Craidy Simões (jdsimoes@gmail.com)*

Trata-se da experiência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, através da Comissão Especial de Patrimônio Cultural (CPC-CAU/RS) quanto à criação e funcionamento da Rede de Defesa do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul (REDEPAC), como um mecanismo de discussão e instrumentação para promover de forma preventiva a salvaguarda dos bens de valor cultural e a educação patrimonial. A ideia parte dos questionamentos sobre as dificuldades encontradas na preservação dos bens patrimoniais no Estado do Rio Grande do Sul pelas instituições de preservação, inclusive, pela CPC-CAU/RS que se deparou com situações irreparáveis. Partindo-se do princípio de que a preservação é um conjunto de ações de diversos setores do governo e da sociedade civil, elabora-se a ideia da constituição da rede. A REDEPAC surge como a união de forças para promover ações sistematizadas e conjuntas possibilitando uma ação integrada que agilize os processos de

defesa patrimonial, de modo a se chegar no foco da problemática, em tempo hábil à sua reparação. A REDEPAC é constituída pelos membros fundadores: o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS), Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), Ministério Público Estadual (MP/RS) e pela Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), representada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), que assinaram um protocolo de intenções. Esse protocolo visa: promover ações conjuntas e integradas visando à conscientização acerca da importância do Patrimônio Cultural do Estado; possibilitar a comunicação integrada e instantânea entre seus membros, a fim de tramitar mais rapidamente as informações referentes à defesa do Patrimônio Cultural e articular as ações que integram a esfera de competências dos entes públicos e privados que a compõem. Oficialmente, em 2022, a rede foi constituída e iniciou seus trabalhos sob gerência do CAU/RS para os próximos dois anos, tendo já realizado a primeira reunião para alinhamento das prioridades iniciais, e definição de reuniões periódicas, as quais deverão ser munidas de comunicações, pareceres técnicos ou outros documentos para cumprimento de seus objetivos, em assuntos como educação patrimonial, fiscalização, inventariação e preservação. Dentro dessa discussão, mostraremos as experiências e as possibilidades na atuação da rede.